

**ORGANIZAÇÃO DAS ISC DA CPLP
XII ASSEMBLEIA GERAL
REUNIÃO DELIBERATIVA
Bissau, Guiné-Bissau – 9 de novembro de 2023**

No dia nove de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 8h30, em Bissau, Guiné-Bissau, sob a Presidência do Conselheiro Amadu Tidjane Baldé, Presidente do Tribunal de Contas de Guiné-Bissau, realizou-se a Reunião Deliberativa da XII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP), nas instalações do Hotel Royal Bissau. A relação dos presentes está consignada no Anexo 1 desta Ata.

Os assuntos tratados na reunião e as respectivas decisões apresentam-se a seguir, conforme a ordem estabelecida na Pauta da Reunião:

Assunto

1. Plano Estratégico (PET) 2023-2028 da OISC/CPLP. Execução do Plano de Ação 2023 e Apresentação do Plano de Ação 2024

A Secretaria Geral informou que coordenou a realização de Reunião da Equipe Técnica de Acompanhamento do Plano Estratégico 2023-2028, juntamente com o Tribunal de Contas de Portugal, nos dias 6 e 7 de novembro. Informou, ainda, que o Conselho Diretivo aprovou o Relatório de Execução do Plano 2023 e a Proposta de Plano de Ação 2024. A seguir, a pedido da SG, o servidor Macleuler Lima apresentou resumidamente os documentos aos participantes (Anexos 2 e 3). Ao final da apresentação, a Assembleia Geral decidiu aprovar a matéria unanimemente.

2. Relatórios de Atividades do Centro de Estudos e Formação e da Secretaria-Geral (2021-2023) e da Presidência (2022-2023)

O TCP apresentou o relatório do CEF e a Secretaria Geral fez o mesmo em relação ao seu informe (Anexos 4 e 5). O assunto foi aprovado por todos os presentes na AG.

3. Evolução do Fórum das ISC com funções jurisdicionais (JURISAI)

O Presidente do TCP abriu as discussões sobre o tópico e consultou se os presentes estavam de acordo com a futura evolução do Fórum para o formato de uma Organização, a ser denominada JURISAI. Houve amplo apoio entre os participantes e a solicitação de que o TCP submetesse aos devidos foros a posição favorável da OISC/CPLP em relação à criação da JURISAI. A Assembleia aprovou a proposta unanimemente.

4. Conclusão da Auditoria Coordenada de Áreas Protegidas da OISC/CPLP

O Secretário-Geral apresentou os resultados da conclusão da primeira Auditoria Coordenada realizada no âmbito da Organização (Anexo 6), destacando que foram avaliadas 128 áreas protegidas nos PALOP e Timor-Leste. Na ocasião, agradeceu aos titulares e auditores das 6 ISC participantes (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), bem como o apoio do Programa Pro PALOP-TL ISC Fase II e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, a GIZ, via projeto de auditorias ambientais no âmbito do Tribunal Administrativo de Moçambique. Informou que o relatório final,

devidamente diagramado, seria difundido no início de 2024.

5. Iniciativa ClimateScanner, da Intosai

A Secretaria Geral informou, em setembro último, que a Intosai firmou acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para atuação conjunta nas áreas de clima, igualdade de gênero, transformação digital e financiamento para o desenvolvimento. O acordo estabelece como pontos principais o desenvolvimento de metodologias e instrumentos para avaliar as estruturas de governança utilizadas pelos governos nacionais a fim de cumprir compromissos, objetivos e metas climáticas internacionais. Nisso, se inclui a utilização do ClimateScanner para avaliar ações climáticas dos governos, consolidar dados globais, apoiar decisões para futuros trabalhos e comunicar informações relevantes. Agradeceu a participação de quase todas as ISC da OISC/CPLP na pesquisa global que o TCU está conduzindo e apresentou vídeo sobre o assunto (anexo 7). A AG tomou ciência dos desdobramentos do assunto e manifestou apoio à iniciativa.

6. Programa de Intercâmbio “Mulheres na Liderança” para a OISC/CPLP

O SG informou que o Tribunal de Contas da União realizará, a partir da próxima semana, o programa piloto de intercâmbio para capacitar mulheres em liderança, voltado para auditoras dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa. O programa vai contar com a participação de mulheres das ISC de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A servidora Rúbia Trevizani apresentou, resumidamente, o programa, para conhecimento dos presentes (Anexo 8). Após a apresentação, o Secretário-Geral agradeceu ao Programa ProPALOP TL ISC por apoiar a iniciativa desde o princípio e com ela inaugurar a Fase 3 de suas atividades. A matéria foi aprovada pela Assembleia.

7. Informações sobre os programas de cooperação com a OISC/CPLP

Os representantes do ProPALOP, Arsénio Paulo, e da GIZ, Carlos Maurício Cabral Figueiredo, apresentaram as informações sobre os programas de cooperação (Anexos 9 e 10). A Assembleia Geral reconheceu a importância dessas iniciativas conjuntas e tomou conhecimento do assunto.

8. Nota sobre as auditorias às contas da OISC/CPLP, exercícios 2019-2020 e 2021

O TCU do Brasil prestou informações sobre a auditoria às contas da OISC/CPLP, exercícios de 2019 e 2020 (Anexo 11). A auditoria concluiu que as transações financeiras promovidas pela Secretaria Geral da OISC/CPLP foram realizadas em conformidade com o disposto no Estatuto e no Regulamento Financeiro da Entidade e que as contas prestadas refletem fielmente a posição financeira da Entidade nos exercícios financeiros de 2019 e 2020. Diante disto, e considerando a distribuição prévia dos relatórios das auditorias no sítio web da OISC/CPLP, submeteu à aprovação das contas relativas aos exercícios financeiros de 2010 a 2018 e de 2019 e 2020, pela Assembleia Geral, em atendimento ao disposto no art. 8º, alínea “j” do Estatuto, com a observação de que a implementação das recomendações contidas no relatório da fiscalização dos exercícios 2010 a 2018 seja avaliada na auditoria das contas do exercício de 2023. A AG aprovou as contas dos exercícios financeiros de 2010 a 2018 e de 2019 e 2020 e a observação apontada pelo TCU. As contas de 2021 serão auditadas pelo TCGB, em 2024.

9. Designação das ISCs Auditoras às contas da OISC/CPLP, exercícios 2022 (Moçambique), 2023 (Portugal) e 2024 (São Tomé e Príncipe), pela ordem alfabética

A SG informou que o Conselho Diretivo, reunido em 7 de novembro, aprovou submeter a esta Assembleia a proposta de designação do Tribunal Administrativo de Moçambique, do Tribunal de Contas de Portugal e do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe para auditarem as contas da OISC/CPLP, exercícios 2022, 2023 e 2024, respectivamente. A Assembleia Geral acolheu a proposta do Conselho Diretivo.

10. Notícia sobre as auditorias às contas do Secretariado Executivo da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, exercícios 2021 e 2022

Os TCs coordenadores das auditorias dos exercícios de 2021 (Cabo Verde) e 2022 (Brasil) prestaram informações sobre o assunto (anexos 12 e 13). O TCU Brasil informou que, apesar de o trabalho da auditoria do exercício de 2022 não estar concluído, a opinião preliminar dos auditores é no sentido de que “as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Secretariado Executivo da CPLP em 31 de dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro, a regularidade das operações subjacentes e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data”, sem prejuízo da expedição de recomendações, com vistas a sanar e a evitar a repetição de falhas pontuais e de baixo risco, materialidade e relevância, e a aperfeiçoar o processo de monitorização dos recursos do Fundo Especial investidos em projetos, programas e ações de cooperação desenvolvidos pelas entidades executoras. Os resultados apresentados pelas auditorias e as propostas da SG foram aprovadas pelos presentes.

11. Escolha dos Tribunais Auditores das contas do Secretariado-Executivo da CPLP, exercícios 2023 (Angola e Moçambique) e 2024 (Moçambique e São Tomé e Príncipe), pela continuidade e rotatividade, respectivamente

A AG ratificou a decisão do CD, que aprovou manter o rodízio estabelecido desde 2002 e indicar os seguintes Tribunais Auditores, caso a realização da auditoria seja solicitada pelo Secretariado Executivo da CPLP: para as contas do exercício 2023, o Tribunal de Contas de Angola, pelo critério da continuidade, e o Tribunal Administrativo de Moçambique, pela rotatividade. Em relação ao exercício de 2024, o Tribunal Administrativo de Moçambique, pela continuidade, e o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, pelo critério da rotatividade. Além disso, o Tribunal de Contas de Cabo Verde auditará as contas de 2023 e de 2024 do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, sediado na Cidade da Praia.

12. Finanças da organização. Pagamento das quotas anuais (2022-2023). Quitação da anuidade da OISC/CPLP como membro associado da Intosai (2022-2023)

O Tribunal de Contas de Cabo Verde apresentou o relatório, que foi aprovado pela Assembleia Geral por unanimidade (Anexo 14).

13. Escolha da sede do VIII Seminário da OISC/CPLP (2024)

Sobre esse item, o TCP, por intermédio de seu Presidente, disponibilizou-se a sediar o VIII Seminário da Organização em Portugal, por ocasião do 635º aniversário da ISC portuguesa. A AG aprovou unanimemente a proposta efetuada pelo TC de Portugal.

14. Escolha das sedes do Centro de Estudos e Formação e da Secretaria-Geral para o biênio 2024-2025

O Presidente do TCGB Presidência propôs a permanência das atuais sedes do CEF e da SG no TCP e TCU, respectivamente. A proposta foi integralmente aprovada pela AG, com reconhecimento ao trabalho desempenhado pelas ISC de Portugal e do Brasil à frente desses órgãos.

15. Sede da XIII Assembleia Geral (2025)

Após ausculta aos membros da Organização durante as atividades da Assembleia Geral, o Tribunal de Contas de Angola disponibilizou-se a sediar o conclave de 2025. A proposta foi acolhida por unanimidade pela AG, com aplausos.

16. Moção de Reconhecimento ao Tribunal de Contas da União pela recente eleição como membro do Conselho de Auditoria da Organização das Nações Unidas

A AG aprovou a Moção submetida pelo Conselho Diretivo, nos termos a seguir:

MOÇÃO DE RECONHECIMENTO

No último dia 3 de novembro de 2023, O **Tribunal de Contas da União do Brasil (TCU)** foi eleito, por aclamação, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, como membro do **Conselho de Auditoria da Organização das Nações Unidas (ONU)**, a mais relevante, importante e abrangente Organização Internacional deste nosso Mundo.

O TCU candidatou-se à vaga que se dará em 2024 neste corpo de auditoria, e preparou-se durante meses partilhando experiências e conhecimentos com Instituições Congéneres que são auditores externos de organizações internacionais, demonstrando também deste modo a seriedade e profissionalismo com que abordou este desafio.

Assim, e considerando:

- Que o TCU é uma Instituição Superior de Controlo de língua Portuguesa, que assume a Secretaria Geral da OISC/CPLP desde 1995 com enorme dinamismo e sucesso;
- Que é ainda desde novembro de 2022, a Instituição que preside à Organização Mundial dos Tribunais de Contas e Instituições Congéneres (INTOSAI); e
- Que a eleição como membro do Conselho de Auditoria da ONU é um feito de grande relevância no âmbito da comunidade da auditoria pública externa e independente;

A OISC CPLP manifesta o seu profundo reconhecimento ao Tribunal de Contas da União do Brasil, na pessoa do seu Presidente, Ministro Bruno Dantas e do Secretário Geral desta Organização, Ministro Walton Alencar Rodrigues, pela eleição deste Tribunal de um País de Língua Portuguesa como membro do Conselho de Auditoria da Organização das Nações Unidas para um mandato de seis anos (2024-2030).

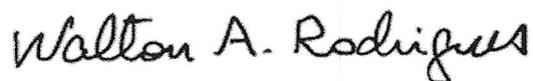
Esta eleição, para além de agigantar a já constatada relevância internacional e excelência e qualidade da atuação do TCU, contribuirá certamente para o crescimento e promoção da Língua Portuguesa e dos valores da nossa Organização (OISC CPLP) na comunidade internacional de Tribunais de Contas e Instituições Congéneres. A OISC CPLP deseja o maior sucesso ao TCU nesta missão, em benefício em primeira linha da utilização eficaz, eficiente e económica dos recursos financiados pelos mais de 190 Países membros da ONU, em iniciativas globais vitais, mas também pelo que significa em termos da visibilidade da Língua Portuguesa e dos nossos Tribunais.

O Presidente do TCGB, Amadu Tidjane Baldé, deu por concluídas as atividades e declarou encerrada a XII Assembleia Geral. De tudo eu, Ministro Walton Alencar Rodrigues, Secretário-Geral da OISC/CPLP, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e pelo Presidente do Tribunal de Contas da Guiné Bissau.



AMADU TIDJANE BALDÉ

Presidente do Conselho Diretivo da OISC/CPLP e do Tribunal de Contas de Guiné-Bissau



**Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES
Secretário Geral da OISC/CPLP**